



# PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL



GeoAtributo - Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda.



*Preâmbulo*

*Parte I – Enquadramento*

*Parte II – Execução*

*Parte III - Inventários, Modelos e Listagens*

*Anexos*



Versão 3 | abril de 2024

---

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Coesão



# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

## Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Leiria
<b>Descrição:</b>	O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Leiria é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.
<b>Data de produção:</b>	02 de março de 2018
<b>Data da última atualização:</b>	2 de abril de 2024
<b>Versão:</b>	Versão 03
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
<b>Equipa técnica:</b>	Andreia Mota   Geógrafa (Desenvolvimento e Ambiente) Célia Mendes   Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território) Teresa Costa   Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território)
<b>Consultores:</b>	Rodrigo Silva   Técnico de Proteção Civil
<b>Equipa do Município:</b>	Ricardo Martins   Engenheiro Técnico de Proteção Civil
<b>Código de documento:</b>	109
<b>Estado do documento:</b>	Em elaboração
<b>Código do Projeto:</b>	052009001
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	00_PME_Preambulo_Leiria_V03



## PREÂMBULO

---



**CIMRL**  
Comunidade  
Intermunicipal  
da Região de Leiria



**GEOATRIBUTO**  
PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



1. Lista de Acrónimos
  2. Referências Legislativas
  3. Registo de Atualizações e Exercícios
- 

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo de Coesão

*Esta página foi deixada propositadamente em branco*



## ÍNDICE

<b>Índice</b> .....	<b>5</b>
<b>1 Lista de Acrónimos</b> .....	<b>6</b>
<b>2 Referências Legislativas</b> .....	<b>12</b>
2.1 Legislação Estruturante.....	12
2.2 Legislação Orgânica.....	13
2.3 Legislação Técnico-operacional .....	16
2.4 Legislação Concorrente.....	17
2.5 Legislação Diversa .....	19
<b>3 Registo de Atualizações e Exercícios</b> .....	<b>20</b>
3.1 Registo de Atualizações .....	20
3.2 Registo de Exercícios.....	21



## 1 LISTA DE ACRÓNIMOS

LISTA DE ACRÓNIMOS	
<b>A</b>	
<b>ACES</b>	Agrupamento de Centros de Saúde
<b>AHBV</b>	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
<b>AMN</b>	Autoridade Marítima Nacional
<b>ANAC</b>	Autoridade Nacional de Aviação Civil
<b>ANACOM</b>	Autoridade Nacional de Comunicações
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>ANSR</b>	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>APC</b>	Agentes de Proteção Civil
<b>AR</b>	Áreas de Risco
<b>ARS</b>	Administração Regional de Saúde
<b>ATL</b>	Atividades de Tempos Livres
<b>B</b>	
<b>BA 5</b>	Base Aérea n.º 5
<b>BAL</b>	Base de Apoio Logístico
<b>BSL</b>	Bombeiros Sapadores de Leiria
<b>BRIPA</b>	Brigadas de Proteção Ambiental
<b>BVL</b>	Bombeiros Voluntários de Leiria
<b>BVL – MR</b>	Bombeiros Voluntários de Leiria – 5ª Companhia de Monte Redondo
<b>BVM</b>	Bombeiros Voluntários de Maceira
<b>BVO</b>	Bombeiros Voluntários de Ortigosa
<b>C</b>	
<b>CADIS</b>	Comandante Operacional de Agrupamento Distrital
<b>CAPIC</b>	Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise
<b>CB</b>	Corpo de Bombeiros
<b>CCO</b>	Centros de Coordenação Operacional
<b>CCOD</b>	Centro de Coordenação Operacional Distrital
<b>CCOM</b>	Centro de Coordenação Operacional Municipal
<b>CDISS</b>	Centro Distrital do Instituto de Segurança Social
<b>CCON</b>	Centro de Coordenação Operacional Nacional
<b>CELOG</b>	Célula Logística
<b>CELOP</b>	Célula Operações



# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

LISTA DE ACRÓNIMOS	
<b>C</b>	
<b>CEPLAN</b>	Célula de Planeamento
<b>CM</b>	Caminho Municipal
<b>CML</b>	Câmara Municipal de Leiria
<b>CMOS</b>	Central municipal de Operações de Socorro
<b>CMPC</b>	Comissão Municipal de Proteção Civil
<b>CNE</b>	Corpo Nacional de Escutas
<b>CNOS</b>	Comando Nacional de Operações de Socorro
<b>CNPC</b>	Comissão Nacional de Proteção Civil
<b>COM</b>	Comandante Operacional Municipal
<b>COS</b>	Comandante das Operações de Socorro
<b>COS</b>	Carta de Ocupação dos Solos
<b>CPX</b>	<i>Command Post Exercise</i> (exercícios de posto de comando)
<b>CSREPC</b>	Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil
<b>CVP</b>	Cruz Vermelha Portuguesa
<b>D</b>	
<b>DCPT</b>	Departamento Central de Polícia Técnica
<b>DEM</b>	<i>Digital Elevation Model</i>
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>DGS</b>	Direção Geral de Saúde
<b>DIOPS</b>	Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro
<b>DVI Team</b>	Disaster Victim Identification Team
<b>E</b>	
<b>EAPS</b>	Equipa De Apoio Psicossocial
<b>EAT</b>	Equipas de Avaliação Técnica
<b>EEEVS</b>	Elementos Estratégicos, Expostos, Vitais e/ou Sensíveis
<b>EDP</b>	Energias de Portugal
<b>EGIC Psicossocial</b>	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
<b>EM</b>	Estrada Municipal
<b>EML-DVI</b>	Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ENDS</b>	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
<b>ENF</b>	Estratégia Nacional para a Floresta
<b>ENSR</b>	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
<b>EPI</b>	Equipamento de Proteção Individual



# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

LISTA DE ACRÓNIMOS	
<b>E</b>	
<b>ER</b>	Estrada Regional
<b>ERAP</b>	Equipas Rápidas de Avaliação Psicossocial
<b>ERAS</b>	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
<b>ERAV</b>	Equipas Responsáveis pela Avaliação das Vítimas
<b>ERAV-mrp</b>	Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas Mortais e Recolha de Provas
<b>ESO</b>	Esquema de Sustentação Operacional
<b>ETA</b>	Estação de Tratamento de Água
<b>F</b>	
<b>FFAA</b>	Forças Armadas
<b>FS</b>	Forças de Segurança
<b>G</b>	
<b>GIPS</b>	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>GPIAAF</b>	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários
<b>I</b>	
<b>IC</b>	Itinerário Complementar
<b>ICARO</b>	Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos
<b>ICNF</b>	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IGT</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>INAC</b>	Instituto Nacional de Aviação Civil
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>INMLCF</b>	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
<b>IP</b>	Itinerário Principal
<b>IP, S.A.</b>	Infraestruturas de Portugal, S.A.
<b>IPMA</b>	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>IRN</b>	Instituto dos Registos e do Notariado
<b>ISS</b>	Instituto de Segurança Social
<b>L</b>	
<b>LIVEX</b>	<i>Live Exercise</i> (exercício com meios reais)
<b>LNEC</b>	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
<b>LPC</b>	Laboratório de Polícia Científica
<b>M</b>	
<b>MAI</b>	Ministro da Administração Interna





# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

LISTA DE ACRÓNIMOS	
<b>M</b>	
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>MV – S</b>	Serviço Móvel de Satélite
<b>N</b>	
<b>NecPro</b>	Necrotérios Provisórios
<b>NEP</b>	Norma de Execução Permanente
<b>NRBQ</b>	Risco Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
<b>NUT</b>	Nomenclatura de Unidade Territorial
<b>O</b>	
<b>ORMIS</b>	Ordens de Missões
<b>OCS</b>	Órgãos de Comunicação Social
<b>OEA</b>	Organismo e Entidades de Apoio
<b>OPP</b>	Ordem dos Psicólogos Portugueses
<b>P</b>	
<b>PCIP</b>	Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
<b>PCDis</b>	Posto de Comando Operacional Distrital
<b>PCO</b>	Posto de Comando Operacional
<b>PCMun</b>	Posto de Comando Operacional Municipal
<b>PCOC</b>	Plano de Contingência para Ondas de Calor
<b>PDEPC</b>	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDDFCI</b>	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PE</b>	Ponto de Encontro
<b>PEA</b>	Plano Estratégico de Ação
<b>PEOT</b>	Plano Especial de Ordenamento do Território
<b>PJ</b>	Pólicia Judiciária
<b>PLANCOM</b>	Plano de Comunicações
<b>PMA</b>	Postos Médicos Avançados
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PME</b>	Plano Municipal de Emergência
<b>PMEPC</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
<b>PMEPCL</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria
<b>PMOT</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território
<b>PNA</b>	Plano Nacional da Água
<b>PNAAS</b>	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
<b>PNEPC</b>	Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil



# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

LISTA DE ACRÓNIMOS	
<b>P</b>	
<b>PNDFCI</b>	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PNPOT</b>	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PNPR</b>	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
<b>POM</b>	Plano Operacional Municipal
<b>POSIT</b>	Pontos de Situação
<b>PROF</b>	Plano Regional de Ordenamento Florestal
<b>PROT</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>R</b>	
<b>REDIS</b>	Relatório Diário de Situação
<b>RELIS</b>	Relatórios Imediatos de Situação
<b>REPC</b>	Rede Estratégica de Proteção Civil
<b>REN</b>	Redes Energéticas Nacionais
<b>RF</b>	Relatório Final
<b>RNE</b>	Rede Nacional de Expressos
<b>ROB</b>	Rede Operacional de Bombeiros
<b>S</b>	
<b>SCIE</b>	Segurança Contra Incêndios em Edifícios
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SEPNA</b>	Serviço Especial de Proteção da Natureza e Ambiente
<b>SF</b>	Sapadores Florestais
<b>SGO</b>	Sistema de Gestão de Operações
<b>SGIF</b>	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SIOPS</b>	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
<b>SIRESP</b>	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança em Portugal
<b>SITAC</b>	Situação Tática
<b>SMM</b>	Serviço Móvel Marítimo
<b>SMPC</b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>SMS</b>	<i>Short Message Service</i>
<b>SMT</b>	Serviço Móvel Terrestre
<b>SNIRH</b>	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
<b>STF</b>	Serviço Telefónico Fixo
<b>SVARH</b>	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos



# Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

LISTA DE ACRÓNIMOS	
<b>T</b>	
<b>TO</b>	Teatro de Operações
<b>TTX</b>	Exercício de Decisão
<b>TUA</b>	Título Único de Ambiente
<b>U</b>	
<b>UCI</b>	Unidade de Cooperação Internacional
<b>UEPS</b>	Unidade Especial de Proteção e Socorro
<b>ULPC</b>	Unidades Locais de Proteção Civil
<b>Z</b>	
<b>ZA</b>	Zona de Apoio
<b>ZAP</b>	Zonas de Apoio Psicológico
<b>ZCAP</b>	Zona de Concentração e Alojamento das Populações
<b>ZCI</b>	Zonas de Concentração e Irradiação
<b>ZCR</b>	Zonas de Concentração e Reserva
<b>ZI</b>	Zona de Intervenção
<b>ZRR</b>	Zona de Receção de Reforços
<b>ZS</b>	Zona de Sinistro
<b>ZRnM</b>	Zonas de Reunião de Mortos



## 2 REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

### 2.1 LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE

**Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro** - Aprova o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

**Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro** - Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

**Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de março** – Regula e define a revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO).

**Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 07 de maio** – Fixa os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

**Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66-A/2008, de 28 de outubro, Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de dezembro e pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho de 2015** – Aprova a Lei de Segurança Interna.

**Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro** – Lei que define o Enquadramento Institucional e Operacional da Proteção Civil no Âmbito Municipal.

**Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, que a republicou** – Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

**Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio** – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).



### 2.2 LEGISLAÇÃO ORGÂNICA

**Portaria n.º 325-B/2021, de 29 de dezembro** – Fixa a estrutura e a organização interna da Força Especial de Proteção Civil (FEPC).

**Decreto-Lei n.º 45/2019, de 01 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 3 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho, pela Lei n.º 9/2021, de 2 de março, pelo Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro** – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

**Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro** - Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária.

**Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto** - Aprova o Estatuto do Ministério Público.

**Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro** - Aprova a orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.

**Portaria n.º 91/2017, de 2 de março** – Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil (OVPC).

**Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março** – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil.

**Decreto-Lei n.º 184/2014 de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro** - Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas.

**Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro** – Lei Orgânica da Marinha.

**Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 102/2019, de 6 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 13/2021, de 10 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro**– Lei Orgânica do Exército.

**Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro.** – Lei Orgânica da Força Aérea.

**Lei n.º 28/2013, de 12 de abril** – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional.

**Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 173/2014, de 19 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 206/2015, de 23 de setembro** – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.



## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

**Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro** – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.

**Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro** – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

**Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2016 de 26 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro**– Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente.

**Decreto-Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril** – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária.

**Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março** – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

**Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro**– Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social.

**Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro** - Aprova a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

**Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 136/2021, de 30 de junho** – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

**Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho** – Lei Orgânica do Instituto dos Registos e Notariado.

**Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro** – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

**Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 68/2014 de 8 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 24/2015 de 6 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, pela Retificação n.º 24/2020, de 26 de junho e pela Lei n.º 37/2020, de 17 de agosto** – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

**Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro** – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

**Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro** - Aprova a orgânica da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

**Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 112/2014, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro** – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.



**Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de maio** – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade.

**Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro** - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde.

**Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro e pela Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto** - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

**Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto e pela Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto** – Lei de Defesa Nacional.

**Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto** – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa.

**Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto** – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

**Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro** – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana.

**Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 36/2021, de 14 de junho** – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros

**Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, pela Declaração de Retificação n.º 4-A/2013, de 18 de janeiro, pela Lei n.º 38/2017, de 2 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 64/2019, de 16 de maio** – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses.

**Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29 de novembro** – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

**Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro** – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana.

**Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 121/2014, de 7 de agosto** – Estabelece as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional.



### 2.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

**Despacho n.º 11198/2020, de 13 de novembro** - Condições de instalação e funcionamento dos comandos regionais de emergência e proteção civil.

**Decreto-Lei n.º 2/2019 de 11 de janeiro** - Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.

**Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril** – Normas de funcionamento da Comissão Nacional de Proteção Civil.

**Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 344/2008, de 17 de outubro** – Estabelece as normas de funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional.

**Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro** – Cria uma conta de emergência que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade pública.

**Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio** – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

**Decreto-Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro** – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia.

**Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro** – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente.

**Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro** – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional.

**Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro** – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério.

**Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 399/99, de 14 de outubro** – Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

**Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 399/99, de 14 de outubro** – Cria o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.





**Lei 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio** – Estabelece o regime do estado de sítio e do estado de emergência.

## 2.4 LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

**Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho** - Requisitos para adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

**Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho** - Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto** - Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

**Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro** – Cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho** – Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).

**Portaria n.º 281/2019, de 30 de agosto** - Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna.

**Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro** – Primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

**Resolução n.º 1/2019, de 12 de setembro** - Aprova a diretiva relativa à norma orientadora para a instalação de sinalética em áreas expostas ao risco de rotura de barragens e áreas expostas ao risco de tsunami e respetivos caminhos de evacuação.

**Decreto-Lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro** – Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro** – Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).

**Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro** – Aprova o Plano Nacional da Água.

**Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março** - fusão entre a Rede Ferroviária



Nacional -REFER, E. P. E. (REFER, E. P. E.) e a EP — Estradas de Portugal, S. A. (EP, S. A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.

**Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto** - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

**Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho** – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

**Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

**Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho** – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas.

**Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 7 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 246-A/2015 de 22 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2021, de 17 de novembro** – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas.

**Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro** – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

**Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto** – Código dos Contratos Públicos.

**Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro** – Lei de Segurança Interna.



**Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015 de 09 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho e pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro, que o republica** - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

**Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020 de 2 de junho** - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

**Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro** – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

### 2.5 LEGISLAÇÃO DIVERSA

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro** – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil.



## 3 REGISTO DE ATUALIZAÇÕES E EXERCÍCIOS

### 3.1 REGISTO DE ATUALIZAÇÕES

ATUALIZAÇÕES AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE LEIRIA					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data de aprovação	Entidade Competente pela Aprovação	Observações
01	-	-	1998	Serviço Nacional de Proteção Civil	-
02	1.ª Atualização do PMEPC de Leiria	Setembro de 2005	Setembro de 2005	COM	Atualizado a seção III
03	2.ª Atualização do PMEPC de Leiria	Julho de 2009	09/12/2010	Comissão Nacional de Proteção Civil	Parecer favorável emitido pela CMPC em 09/09/2009; Parecer favorável emitido pela ANPC em 11/04/2011; Apreciação positiva pela CNPC em 20/10/2010. Resolução n.º 32/2010, de 9 de dezembro
04	1.ª Revisão do PMEPC de Leiria	Julho de 2013	18/08/2015	Comissão Nacional de Proteção Civil	Resolução n.º 39/2015, de 18 de agosto
05	2ª Revisão do PMEPC de Leiria	Em curso	(...)	Assembleia Municipal (mediante Parecer Prévio da CMPC e da ANEPC).	(...)
06	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
07	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
08	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
09	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
10	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
11	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)



## 3.2 REGISTO DE EXERCÍCIOS

Até à presente data apenas foram realizados quatro exercícios com vista a testar o PMEPC de Leiria. Sendo que apenas um deles foi do tipo CPX, que permitiu testar as capacidades de resposta da componente técnico-operacional das entidades que participaram. O quadro que se apresenta de seguida, além de identificar os exercícios já realizados, visa o registo de exercícios (TTX, CPX e LIVEX) do plano que possam vir a acontecer no futuro.

REGISTO DE EXERCÍCIOS AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE LEIRIA									
Tipo			Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes e Entidades envolvidos	Meios e Recursos envolvidos	Ensinamentos recolhidos
TTX	CPX	LIVEX							
	X		Testar as capacidades de resposta da componente técnico-operacional dos agentes e estruturas de proteção civil.	Sismo com magnitude de 6.5 (escala de Richter)	-	28/04/2012	Câmara Municipal de Leiria; Corpos de Bombeiros; Centro Hospitalar Leiria; CVP- Leiria; Regimento de Artilharia nº4; Base Aérea nº5; Lusitânia Gás, SA; SMAS- Leiria; EDP; PSP; GNR; INEM.	-	-
	X		Exercitar a articulação operacional entre as diversas entidades; Testar os planos de emergência (RESPOL e PMEPC).	Explosão de reator	RESPOL Resinas S.A. – Marrazes, Leiria	06/06/2020	SMPC Leiria; CDOS Leiria; Corpos de Bombeiros; PSP; GNR; INEM: CVP; CNE; CHL; ISLA Leiria; UF Marrazes e Barosa; RESPOL; Segurança Social	-	-
		X	Otimização da coordenação e cooperação nas intervenções em ocorrências de acidentes com aeronaves.	Queda de aeronave militar F16 com armamento	Barreiros. Amor	19/06/2021	SMPC Leiria; SMPC Marinha Grande; CDOS Leiria; Base Aérea n.º 5 – FAP; Corpos de Bombeiros; PSP; GNR; PJ; INEM: CVP: E-REDES; SMAS; CNE; CHL; ISLA Leiria; JF Amor; JF Regueira de Pontes; UF Marrazes e Barosa; UF Monte Real e Carvide	-	-
		X	Otimização da coordenação e cooperação nas intervenções em ocorrências de sismos.	Sismo com magnitude 6,5 (escala de Richter)	Centro Histórico de Leiria	26/11/2022	SMPC Leiria; CDOS Leiria; Corpos de Bombeiros; PSP; GNR; CVP; E-REDES; SMAS; CNE; UF Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	-	-



## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

GeoAtributo - CIPOT, Lda.

Versão 03 | abril de 2024

REGISTO DE EXERCÍCIOS AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE LEIRIA									
Tipo			Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes e Entidades envolvidos	Meios e Recursos envolvidos	Ensinamentos recolhidos
TTX	CPX	LIVEX							